



ACTA Nº 5/2006

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MARÇO DE 2006
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 29 DE MARÇO DE 2006

-----No dia 29 de Março de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária, convocada ao abrigo do nº 1 e 2 do Art. 50º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, e das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Art. 18º, do nº 1 e nº 2 do Art. 23º e do nº 2 do Art. 28º, todos do respectivo Regimento, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA:**

- **PONTO 1 - Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança;**
- **PONTO 2 - Apreciação e votação da Proposta de Declaração de Interesse Público Municipal da Herdade Corte do Bispo – Lagoa Beach Resort – Centro Internacional Desportivo, SA;**
- **PONTO 3 - Apreciação e votação da Proposta de Criação de Empresa Municipal de Gestão Desportiva;**
- **PONTO 4 - Apreciação e votação da Proposta de Criação de Empresa Municipal para o Desenvolvimento Local;**
- **PONTO 5 - Apreciação e votação da Proposta de Alteração à Tabela de Taxas e Licenças;**
- **PONTO 6 - Apreciação e votação da Proposta de Alteração ao Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços ao Município de Lagos;**
- **PONTO 7 - Apreciação e votação da Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Lagos.**

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 55 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Carlos Alberto Cravo de Albuquerque



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de São Sebastião)
PS	José Mariano Monteiro de Jesus
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana

-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)



-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto	1 dia	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** Interveio o Município Sr. Hélio Pena que começou por dizer que tinha percebido que, com a aprovação do PROTAL fica proibida a construção de habitação turística a menos de 500 metros da orla marítima e a 2 quilómetros urbanizações com ampla superfície, situações estas com que concorda a 100 por cento, mas pergunta se, na prática, isto será realizável, achando que não, uma vez que na década de noventa isso também era falado mas ninguém cumpriu. Disse que a Câmara tinha licenciado a construção de um hotel de cinco estrelas para a praia do Porto de Mós, mas leu no jornal que o Governo tinha cancelado essa licença, perguntando por isso se era verdade, já que na sua opinião esta construção não deveria ser feita naquela localização. Sugeriu que fosse feito um inquérito sobre a opinião dos turistas e dos habitantes no sentido de se saber se estes querem um hotel na praia do Porto de Mós. Perguntou ainda se a Câmara já se tinha esquecido do que aconteceu recentemente na Indonésia com o maremoto. Disse ainda que o Governo Central deve ter tomado tudo isto em consideração e, em boa hora, cancelou a construção de um hotel de cinco estrelas para a praia do Porto de Mós. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que fizesse uma apresentação na Assembleia Municipal, igual à que fez numa reunião de Câmara, sobre a ciclovia. Disse que as cegonhas de Lagos necessitam da ajuda do homem para aqui continuarem.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.00

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado, sugeriu a seguinte alteração à Ordem do Dia: Passar o Ponto 3 da Ordem do Dia - Apreciação e votação da Proposta de Criação de Empresa Municipal de Gestão Desportiva, para Ponto 7, passando o Ponto 4 para Ponto 3, o Ponto 5 para Ponto 4, Ponto 6 para Ponto 5 e Ponto 7 para Ponto 6.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) chamou à atenção para o facto do assuntos para a Ordem do Dia deverem ser incluídos, apenas depois da Assembleia ter a documentação completa.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Ordem do Dia com a alteração sugerida, tendo sido aprovada, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----



Fl. 31v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----**PONTO 1 - TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** No dia 29 de Março de 2006, nesta cidade de Lagos e no edifício dos Paços do Concelho, perante a Assembleia Municipal, reunida em Sessão Extraordinária, compareceram para tomar Posse, nos termos do Art. 9º da Lei nº 33/98, de 18 de Julho, os Membros do Conselho Municipal de Segurança a seguir indicados: JÚLIO JOSÉ MONTEIRO BARROSO - Presidente da Câmara Municipal de Lagos; PAULO JOSÉ DIAS MORGADO - Presidente da Assembleia Municipal de Lagos; JOAQUIM PEDRO MARTINS PARREIRA CRUZ - Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião; PAULO JORGE CORREIA DOS REIS - Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria; MANUEL DOMINGOS BORBA – Presidente da Junta de Freguesia da Luz; JOÃO LUÍS SILVA GOMES - Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim; LUÍS ALBERTO BANDARRA DOS REIS - Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere; ANTÓNIO DA SILVA CORREIA - Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João; SANDRA LUÍSA CARVALHO MARQUES – Representante do Ministério Público da Comarca de Lagos; ANTÓNIO HENRIQUE DA CONCEIÇÃO DUARTE - Comandante do Posto da GNR de Lagos; FERNANDO JOSÉ DA SILVA COELHO - Comandante Local da Polícia Marítima de Lagos; ÁLVARO MANUEL PEREIRA CARREIRA – Representante da Polícia Judiciária Portimão; JOSÉ LOURENÇO FONSECA - Comandante Bombeiros Voluntários de Lagos; ROGÉRIO PAULO VARATOJO GONÇALVES – Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; PEDRO MIGUEL GAVINA DA PALMA – Representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional; MARIA JOSÉ SOUSA VARANDA - Representante do CAT Barlavento Portimão; JOSÉ PEDRO BORGES MARQUES - Representante da Direcção Regional de Educação do Algarve; MANUEL FRANCISCO FERREIRA LOURENÇO GODINHO - Representante da Administração Regional de Saúde do Algarve; CARLOS MOISÉS PAIVA DA CUNHA - Representante da ASEMBA; SALVADOR JOSÉ PITÉU ALFACE - Representante da CGTP; ANTÓNIO LUÍS CRUZ BAPTISTA - Representante da UGT; ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS MARTINS – Cidadão designado pela Assembleia Municipal; CARLOS ALBERTO MARTINS RIBEIRO – Cidadão designado pela Assembleia Municipal; CELSO JORGE PEREIRA DA LUZ ALVES COSTA– Cidadão designado pela Assembleia Municipal; JOSÉ DOMINGOS AFONSO MARTINS – Cidadão designado pela Assembleia Municipal; JOSÉ LUÍS QUENTAL MOTA VIEIRA – Cidadão designado pela Assembleia Municipal; JOSÉ MARIANO MONTEIRO DE JESUS – Cidadão designado pela Assembleia Municipal; MANUEL BORBA VIEGAS – Cidadão designado pela Assembleia Municipal; MARIA LUÍSA MIRANDA DE MATOS CARDOSO TEIXEIRA – Cidadã designado pela Assembleia Municipal; MÁRIO DA CUNHA BRAVO – Cidadão designado pela Assembleia Municipal; MIGUEL ALEXANDRE COELHO PINHEIRO – Cidadão designado pela Assembleia Municipal; RUI MANUEL CONCEIÇÃO MATEUS – Cidadão designado pela Assembleia Municipal; VIVALDO SANTOS PEREIRA – Cidadão designado pela Assembleia Municipal.-----

-----Não compareceram os seguintes cidadãos, por não terem sido ainda indicados pelas respectivas entidades: COMANDANTE DA ESQUADRA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE LAGOS; REPRESENTANTE DO CENTRO DISTRITAL DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 32

SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL; DELEGADO DE LAGOS DA ACRAL.-----
-----Verificada a conformidade formal e após terem prestado o juramento,
procederam à assinatura do competente auto, ficando investidos nas suas funções.---
-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante este acto,
entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PSD	Eurico José dos Reis Correia	21.06

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) desejou a maiores felicidades aos Membros do Conselho Municipal de Segurança, agora empossados.-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA HERDADE CORTE DO BISPO – LAGOA BEACH RESORT – CENTRO INTERNACIONAL DESPORTIVO, SA:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-423-6.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) felicitou a Câmara Municipal pela decisão em relação a este projecto estruturante para a economia do concelho de Lagos. Disse que com este investimento poderá a região beneficiar de um elevado conjunto de investimentos. Solicitou esclarecimentos sobre os passos seguintes que levarão à consolidação do projecto.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) disse que o PSD se congratulava com o facto deste projecto, considerado de interesse municipal, vir parar ao município de Lagos. Perguntou se o pedido para que este projecto fosse considerado de interesse público municipal, tinha sido feito pelo promotor ou pela Câmara Municipal. Louvou a Câmara pelo facto de se ter dedicado bastante a este projecto e por ter percebido o interesse do mesmo na região. Disse que o PSD enquanto oposição consciente terá sempre uma posição de apoio a qualquer projecto que defenda os interesses do município de Lagos e não é só o PSD, são também as forças vivas de Lagos.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) leu o seguinte Voto de Congratulação: “Considerando que: Desde a sua apresentação pela entidade promotora, o Executivo da Câmara Municipal de Lagos logo percebeu a mais-valia económica, social e ambiental que para o Município de Lagos advém da execução do projecto do promotor Lagoabeachresort – Centro de Estágios Internacional, vulgo projecto “Eriksson”, na Herdade da Corte do Bispo, Freguesia de Bensafrim; O Executivo não se poupou a esforços junto das entidades de tutela e dos organismos desconcentrados do Estado para esclarecer os mesmos sobre a qualidade e excelência do projecto proposto; O Executivo tem vindo a envidar todos os esforços em manter os investidores motivados e interessados no projecto, apesar das dificuldades administrativas, dos prazos de aprovação e das inúmeras tramitações pelos diversos organismos da administração pública central e



Fl. 32v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

desconcentrada; Do mesmo projecto se destaca a construção de equipamentos desportivos e hoteleiros de grande qualidade, com o tratamento adequado da RAN e da REN, dando um exemplo de bem-fazer, reconhecido nacional e internacionalmente; O mesmo projecto vai animar os concelhos de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur, vai possibilitar ao Algarve uma nova aptidão turística de qualidade e diversificada em relação à oferta tradicional, gerando emprego e uma nova economia do turismo regional e com dimensão nacional; Que pela sua dimensão o projecto de Centro de Estágios Internacional é de relevante interesse municipal, regional e nacional, já reconhecido pela Agência Portuguesa para o Investimento. Nesta última matéria, foi a acção diligente da Câmara Municipal e do seu Presidente que, insistindo e esclarecendo, venceu as dúvidas, se as houvesse, sendo-lhe dada justa razão pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Projectos de Potencial Interesse Nacional, ao reconhecer ao projecto o estatuto de PIN (Potencial Interesse Nacional); Por conseguinte: O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal um Voto de Público Louvor pela acção desenvolvida pelo Executivo da Câmara Municipal de Lagos na obtenção do estatuto de Projecto de Interesse Nacional para o projecto de Centro de Estágio Internacional, a construir na Herdade da Corte do Bispo, Freguesia de Bensafrim, Concelho de Lagos e que o mesmo Voto seja transmitido aos promotores, ao Governo e à Agência Portuguesa para o Investimento.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que, neste momento, ainda se estava perante um projecto de intenções. Sabendo que no PROTAL está previsto um projecto deste tipo para Portimão, perguntou como é que este projecto ia ser inserido no novo PROTAL e qual é a opinião da Câmara em relação à opinião da CCDR sobre isso. Disse que a diligência que foi aplicada neste assunto deve ser aplicada a outros assunto tão ou mais importantes como este, como é o caso do PROTAL.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a posição da Câmara Municipal junto da Agência Portuguesa de Investimento foi importante, explicando as vantagens deste investimento para o município de Lagos. Disse que a CDU ia votar favoravelmente esta declaração de interesse público municipal.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim) disse que a Junta de Freguesia de Bensafrim se congratula com este primeiro passo importante para aprovação deste projecto e que este projecto é uma mais valia para a freguesia de Bensafrim e para o concelho, e espera que realmente venha a ser uma realidade.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) sobre o Voto de Congratulação apresentado pelo PS disse achar o mesmo um pouco prematuro, dado que um projecto é um projecto, até se chegar à fase de construção ainda muitas voltas se têm que dar, não vendo por isso grande lógica deste Voto uma vez que a Câmara Municipal apenas se limitou a exercer as suas funções. Disse ainda que não via qualquer efeito prático na aprovação deste Voto.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o que se pretende com este Voto é mostrar a posição da Assembleia Municipal, junto da Comunicação Social, junto do promotor, junto das entidades



que ainda têm que dizer alguma coisa sobre este assunto.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que estavam ali para, unanimemente, aprovar o proposto pela Câmara e por isso achava despropositado votar outro qualquer documento, por isso pediu ao PS que retirasse o Voto de Congratulação, uma vez que vão existir outras oportunidades para o fazer, apesar do longo caminho que falta percorrer. Disse que o Voto de Congratulação fala em concreto do PS e isso partidariza o assunto e isso não deve ser feito.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que não se devia estar a fazer considerandos sobre o assunto, apesar de entender a posição do PS e do PSD. Apelou que o bom senso prevalecesse e que o assunto fosse votado. Afirmou ainda que não via que o Voto de Congratulação fosse imprescindível para a continuidade do projecto, embora não veja qualquer problema em o votar favoravelmente.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o que é pedido pelo PS é um voto de louvor ao Executivo e isso não se coaduna com a matéria em discussão e por isso o Voto de Congratulação não tem lógica, até pelo facto de, até ao momento, não existir nem integração do projecto no PROTAL, nem existir, por parte do empreendedor do projecto, qualquer tipo de movimentação que nos leve a crer que o mesmo vai concretizá-lo, nem se quer há noção do tempo em que o mesmo se irá iniciar, pelo que acha que ainda é cedo estar-se a fazer este tipo de considerandos em relação ao Executivo camarário. Disse que o PSD estaria de acordo com o Voto se o mesmo fosse dirigido ao projecto.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o promotor vai apresentar o projecto publicamente o que pressupõe que o mesmo tem todo o interesse em avançar com o mesmo. Disse que o PS não retira o documento, mas sugere que em vez de dizer “O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal” passe a dizer “A Assembleia Municipal propõe”.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a CDU estava disponível para participar numa nota de imprensa sobre a importância que tem para o município a declaração de interesse público, mas não estava disponível para mais.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que não tinha visto o Sr. Coordenador da bancada PS tomar uma posição sobre o atraso na revisão do PDM e se calhar se o Sr. Presidente da Câmara tivesse sido mais diligente com o PDM, se calhar, não se estava a passar por esta situação.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, realçou que estavam no início de uma “guerra” da qual ninguém consegue antever o seu desfecho, apenas ganharam uma “batalha”. Disse ainda que o promotor merece um Voto de Congratulação porque esperou o tempo que muitos não costumam esperar. Disse que a Agência Portuguesa para o Investimento ouve todos os intervenientes antes de qualquer posição e dá prazos para execuções de projectos e respectivas aprovações, e, de certeza, que a Agência Portuguesa para o Investimento não irá deixar fugir este projecto de interesse para o País. Informou que o passo seguinte é a concertação com todas as entidades envolvidas com este projecto para acerto de calendário e que o pedido para Projecto de Interesse Nacional é feito pelo



Fl. 33v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

promotor. Disse que não sabia se a CCDR ia integrar este projecto no PROTAL, mas a Câmara ia-se debater para que tal se verificasse. Em relação às acusações feitas sobre o seu empenhamento em relação ao PDM disse que rejeitava as culpas que lhe quiseram dar, acrescentando que se alguém quer encontrar culpados tem que ir até 1995 e nessa altura não estava na Câmara Municipal de Lagos. Esclareceu ainda que o PROTAL ainda não foi aprovado.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PS quando entrou na Câmara Municipal recebeu muita coisa feita, nomeadamente projectos e Planos, porque enquanto o PSD esteve na Câmara, não esteve a passar férias.-----

-----Posto isto foi colocado a votação a **PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA HERDADE CORTE DO BISPO – LAGOA BEACH RESORT – CENTRO INTERNACIONAL DESPORTIVO, AS**, tendo sido deliberado, por unanimidade, considerar o interesse público municipal do projecto de construção de um Centro de Estágios de Alta Competição, a levar efeito na Herdade da Corte do Bispo, freguesia de Bensafirim, concelho de Lagos, pela empresa Lagoabeachresort – Centro Internacional Desportivo, SA, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de Março de 2006.-----

-----Seguidamente passou-se à votação do Voto de Congratulação apresentado pelo PS, com a alteração proposta pelo Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria), tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	0	1	18
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	7	2	0	9

-----Assim o Voto de Congratulação apresentado pelo PS foi aprovado por maioria.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Eduardo Santana (IND): “Eu votei favoravelmente este Voto de Congratulação porque o votaria hoje ou daqui a 6 meses. O que está aqui em causa, na minha opinião, e por isso assim o votei, é o trabalho que foi desenvolvido pela Câmara Municipal para que este investimento venha para o concelho, independentemente do resultado que esta pretensão venha a obter, já é positivo para o concelho, o concelho ser falado, haver esta perspectiva de investimento. Por isso, e só pelo investimento, por esta nova expectativa e esta janela de esperança que se abriu, particularmente para a freguesia de Bensafirim, votei favoravelmente este Voto de Congratulação.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “No que diz respeito à matéria que vem na proposta da Câmara Municipal este Voto de Congratulação não é, não está, nem será nunca de acordo com a matéria ali enviada para a Agência em questão. Mais digo que o próprio Voto de Congratulação tem laivos de auto-congratulação, tem laivos de narcisismo puro por parte do PS, o qual nós não reconhecemos. E mais uma vez reafirmamos que o dever de qualquer Executivo camarário é o de zelar pelo bem dos seus munícipes. Não vemos que daí



possam advir situações desagradáveis como estas, se se tornarem comuns. O PSD vota contra este Voto de Congratulação por o mesmo não estar de acordo com os princípios que deveriam nortear qualquer exercício de uma função tão nobre como aquela que um Executivo camarário exerce no âmbito das funções para as quais foi eleito.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “O nosso voto contra é neste sentido: pensamos que este assunto é da competência da Câmara Municipal, portanto estar a dar um Voto de Congratulação por aquilo que é competência natural e normal de qualquer autarquia, a defesa intransigente dos direitos do município e dos seus munícipes. Portanto achamos que é despropositado um Voto de Congratulação nesta situação, assim como não esperamos que seja dado um Voto de Congratulação pela votação que esta Assembleia teve, esta noite, em relação a este projecto.”-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) protestou pela maneira como foi feita a votação deste Voto de Congratulação que, na sua opinião, não foi colocado à votação de maneira clara.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 28 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 47 minutos.-----

-----**PONTO 3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE EMPRESA MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-423-8.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que tinha ouvido com atenção a introdução do Sr. Presidente da Câmara Municipal e registou, com agrado, que este constatava que uma gestão privada pode dar mais benefícios ao município do que uma gestão exclusivamente pública. Realçou que as novas ideias, quando são boas, devem ser aplicadas. Esclareceu que entendia esta questão das empresas municipais de um ponto de vista mais lato, ou seja, entende que a criação de empresas municipais deve ter paralelamente uma envolvente de reestruturação de todos os serviços municipais que estão ligados à gestão do património, à gestão ambiental, à gestão corrente do município. Disse que talvez isso fosse um projecto um pouco arrojado para o PS, ou talvez não, mas que deveria haver, neste processo, um toque de modernidade, arriscar e ir um pouco mais além. Afirmou que o Sr. Presidente se tinha contradito nalguns argumentos de defesa desta questão, porque ficou a entender que o Sr. Presidente da Câmara preconiza a criação das empresas municipais para contornar a lei. Disse que o quadro de pessoal apresentado parece-lhe insuficiente e que lhe parece que a criação das empresas municipais é a justificação para procurar mais investimento. Disse que há contradições na



Fl. 34v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

documentação apresentada, uma vez que faz referência à questão desportiva quando está para discussão a criação de uma empresa municipal para o desporto. Sabendo que o nome das empresas tem a ver com a sua actividade, parece-lhe que houve alguma falta de profissionalismo na escolha do nome das empresas. Disse que criar uma empresa com o exclusivo intuito de contornar a lei para fazer investimentos no município não lhe parece a essência da coisa, pelo contrário, este tipo de instrumentos à disposição de um Executivo municipal pode ser proveitoso, já que uma empresa pode fazer mais facilmente o que normalmente uma gestão municipal tem mais dificuldade em fazer.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que há uma questão política que está por detrás disto que é, essencialmente, a questão de que algo correu mal: a estratégia implementada foi muito má, porque ao fim de quatro anos algo correu mal e já necessitam de um instrumento legal para prosseguir o futuro do concelho; é um desacreditar até da própria estrutura que se lidera já que as empresas municipais foram criadas com o intuito de uma reestruturação da administração pública, mas isto é um desacreditar. Disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não está “amarrado” a ideologias, porque é independente, mas os colegas socialistas estão e o que vão dizer às pessoas: “desculpem lá, nós não acreditamos em vós, não vamos melhorar nada, a partir de hoje vamos para o privado, vamos retroceder”. Disse acreditar que era possível fazer uma reestruturação, mas tinham que ver o que querera dizer esta reestruturação. Em relação a esta empresa municipal em discussão perguntou o que é que a Câmara irá fazer depois da mesma existir. Disse que no Algarve qualquer município para se desenvolver não precisa de estatizar mais as coisas, há que aligeirar mais as coisas, pelo que isto são erros estratégico, erros políticos que se pagam caro. Disse que se ficarmos à espera de parcerias privadas para desenvolver o concelho, estamos na mão de outros e isso não é bom para ninguém. Esclarece que as empresas municipais existentes no Algarve são específicas, não se põe tudo dentro do mesmo saco. Com estas empresas parece que temos uma Câmara Municipal que já está acabada, por aquilo que se pode entender, é muito negativo para o concelho e a bancada do PSD já tem falado disso e vêem esse assunto com muita preocupação. Disse que se calhar o passado estava bem estruturado e a prova é que ainda há capacidade de endividamento, se calhar havia projectos e tanto havia que nos últimos quatro anos foi o executar de projectos deixados.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que ficou bem patente que a convicção política do PSD e a sua ideologia, em grande parte das coisas que seja inovação, prevalece. Informou que se a constituição desta empresa vai inviabilizar o investimento privado o PS votará contra. Perguntou se já houve intenções de investidores na construção dos equipamentos que se prevê que esta empresa vá concretizar e se esta empresa se destina à construção de hotéis e a algo relacionado com o turismo.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) congratulou-se com o facto do Sr. Presidente ter assumido que a gestão financeira do município foi bem feita, o que significa que o trabalho do PSD durante os anos em que esteve a dirigir os destinos do concelho,



foi bem feita. Disse que o objecto social desta empresa municipal é bastante amplo e de certeza que tem um quadro de pessoal muito pequeno. Disse que o objecto social é de tal maneira vasto que faz pensar se não vão entrar numa duplicação de estruturas. Pergunta se este objecto não será um entrave ao funcionamento normal da empresa, tendo dúvidas sobre o sucesso deste modelo. Disse que este objecto social leva-o a pensar em supranumerários na Câmara Municipal. Lançou o desafio ao Sr. Presidente de colocar no Conselho Geral representantes dos Grupos Municipais da Assembleia Municipal. Perguntou qual será o perfil dos administradores desta empresa.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a posição da CDU é igual para as duas empresas municipais propostas, subscrevendo as afirmações do Sr. Eduardo Santana em relação à reestruturação dos serviços, não percebendo a criação destas empresas quando ainda não foi feita essa reestruturação orgânica dos serviços da Câmara Municipal. Disse que não via justificação plausível para a criação destas empresas. Considerando que o âmbito de qualquer destas empresas é tão grande, interroga-se sobre o papel da Câmara e se há necessidade de haver 3 Vereadores a tempo inteiro na Câmara após a criação destas empresas municipais, quando um conjunto tão largo de competências sai da Câmara Municipal. Disse que não concordava com a afirmação de que o modelo de gestão pública está em crise, uma vez que o que está em crise são aqueles que levaram este modelo a esta situação. Perguntou se a Câmara iria arrendar instalações a esta empresa.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) saudou a modernidade da opção, apesar de ser uma decisão tomada de ânimo leve, independente dos estudos, mas esperava que daqui a 3 anos o Sr. Presidente da Câmara não viesse pedir uma Derrama para financiar as empresas municipais. Disse que a ideia é boa mas está desinserida de um conjunto de medidas que deveriam ser tomadas conjuntamente, pelo que lhe dá ideia de que é uma decisão desgarrada com dois ou três objectivos próprios, que não se sabem quais são, concluindo que quando se quer constituir um empresa e não se sabe bem onde se quer tocar, coloca-se tudo no objecto social e é um pouco isso que acontece com esta empresa.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que o cenário para a implementação deste conceito não é dos melhores e os senhores do PS sabem-no, pelo que a responsabilidade é da maioria PS e vamos ter um problema grave e sério.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que ao criar esta empresa municipal poderá estar a ser criada, não uma fonte de receita ou de equilíbrio financeiro, mas sim um factor de desequilíbrio na gestão do próprio município. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que há coisas que são difíceis de resolver com uma oposição que é capaz de dizer o sim e o não ao mesmo tempo e de dizer mal do adversário, apesar deste ser o melhor do mundo, por fazer parte de outra equipa. Disse que lhe fazia confusão ouvir algumas posições de base do PSD na Assembleia Municipal, assim como lhe fazia confusão a CDU estar contra a criação das empresas municipais quando o estatuto para a empresa desportiva foi decalcado dos estatutos de uma empresa municipal de uma Câmara CDU. Disse que não se formam empresas para contornar a lei mas sim para aplicar



Fl. 35v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

a lei e para procurar, com um novo modelo organizativo, rentabilizar os mecanismos que a lei prevê para esse modelo organizativo e que a reestruturação dos serviços municipais não vai ter a ver, em absoluto, com a criação das empresas municipais. Disse que esta empresa só tem 3 funcionários porque vai procurar parceiros que têm empresas montadas que são capazes de desenvolver aquilo que a Câmara não tinha capacidade para realizar à partida. Informou que estavam abertos a receber currículos de eventuais administradores para as empresas uma vez que as vagas não estavam preenchidas. Disse que os nomes das empresas podem não ser os melhores mas foi o que se arranjou e essa responsabilidade é sua, esclarecendo que o facto do objecto social ser grande tem a ver com o facto de não terem que criar muitas empresas municipais. Disse que a criação das empresas é o mostrar ao povo que ainda se vai bastante a tempo de se encontrar, mais depressa, um espaço competitivo, um espaço de qualidade, um espaço de grande auto estima para os Lacobrigenses e com isso criar mais postos de trabalho. Disse que não encontrou outra solução para este assunto mas que estava aberto a ouvir quem tivesse outras soluções, realçando que não vai acabar o investimento privado em Lagos, pelo contrário. Disse que lhe agradava o facto do Sr. Nuno Serafim estar preocupado só com o objecto social da empresa, parecendo assim que está de acordo com o resto. Informou ainda que tinha aceite o desafio do Sr. Nuno Serafim no que diz respeito a representantes dos Grupo Municipais da Assembleia no Conselho Geral das empresas municipais, reiterando que se a Câmara tiver que propor à Assembleia Municipal lançamento de Derramas irá fazê-lo.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que todas as intervenções decorreram com elevação. Referiu ainda que ao Sr. Presidente da Câmara compete governar e responsabilizar-se pela sua estratégia, à oposição cumpre seguir a sua própria linha, sem ataques pessoais, uma vez que os ataques se fazem no dia da votação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou qual é o ordenado do Administrador, de forma a poder esclarecer potenciais interessados.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que depois respondia por escrito ao Sr. José Manuel Freire.-----

-----Posto isto foi colocado à votação a **PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE EMPRESA MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	0	1	18
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	7	2	0	9

-----Assim foi deliberado, por maioria, aprovar a criação da Empresa Municipal FUTURLAGOS – Empresa Municipal para o Desenvolvimento, E.M., assim bem como os respectivos Estatutos, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de Março de 2006.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Eduardo Santana (IND): “Eu votei



favoravelmente a proposta criação da empresa municipal para o desenvolvimento local, porque entendo que é uma das formas que, estando consagrada na lei, até prova ao contrário, permite gerir bem parte do património municipal.-----

-----Declaração de Voto efectuada pela Sra. Maria Brites Nunes (CDU): “A Câmara Municipal de Lagos fez constar do Plano para 2006 a revisão da estrutura orgânica dos seus serviços. Esta acção ainda não está concluída e a Assembleia Municipal, a quem compete aprovar a estrutura orgânica dos serviços, ainda não teve qualquer conhecimento dos resultados desta reestruturação. Assim sendo, não se compreende como, antes da alteração da estrutura orgânica dos serviços, a Câmara aprova a criação de duas Empresas Municipais e submete a sua aprovação à Assembleia Municipal, quando da supracitada reestruturação dos serviços poderia verificar-se a desnecessidade da criação destas empresas. De facto, a Câmara nos documentos que remeteu a esta Assembleia Municipal não prova nem fundamenta a indispensabilidade da sua criação. Além disso, a CDU, discorda da filosofia subjacente à criação destas Empresas Municipais, nomeadamente quando nos considerandos se afirma que “...o modelo de gestão exclusivamente público entrou em crise...” Por outro lado a criação destas empresas provoca o esvaziamento das competências da Câmara e uma desresponsabilização dos eleitos em áreas muito sensíveis e caras aos munícipes, bem como um igual esvaziamento das competências fiscalizadoras da Assembleia Municipal, tornando-se um atentado à transparência de gestão de equipamentos e ou património do Município. São, para nós, amplamente ilustrativas do que atrás afirmámos os Artº nº 4 dos Estatutos de ambas as empresas: “1- A FUTURLAGOS tem como objecto social o desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração de áreas de desenvolvimento urbano prioritárias; a requalificação urbana e ambiental; a construção e gestão de habitação social; a construção de vias municipais; e a concepção, construção e manutenção, gestão e exploração de equipamentos económico-sociais, edifícios e outros equipamentos colectivos municipais, equipamentos turísticos, culturais e de lazer.” “1- A ‘DESPORLAGOS’ tem como objecto social a gestão, exploração e conservação de equipamentos desportivos e de lazer pertencentes ou sob a sua administração, seja a título que for, ao Município de Lagos.” Assim sendo e não indicando a Câmara os verdadeiros objectivos nem a indispensabilidade da criação destas Empresas Municipais no ano em que se estuda a reestruturação dos serviços camarários, o voto da CDU é contra a criação das Empresas Municipais para o Desenvolvimento Local e de Gestão Desportiva.”-----

-----O Sr. Vereador José Valentim, exercendo o seu direito de defesa da honra, ao abrigo do nº 5 do Artº 27º do Regimento da Assembleia Municipal, disse o seguinte: “Solicitei a palavra porque nesta Assembleia, e já noutras Assembleias, o Sr. Presidente da Câmara, pessoa que muito prezo, deu algumas informações que eu estou certo e seguro, ele não as deu no sentido de beliscar a gestão que eu tive a honra e o privilégio de exercer durante os mandatos de Presidente da Câmara, mas a forma como são apresentadas para os senhores Membros da Assembleia poderá induzi-los em erro e é só por isso que eu achei por bem solicitar este pedido com vista a prestar um esclarecimento. A história, embora alguém diga que ela não se



Fl. 36v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

repete, ela tem, de facto, aspectos muito semelhantes. Curiosamente aquilo que está sucedendo com o Plano Director Municipal de Lagos em 2006 foi o mesmo que aconteceu, noutras circunstâncias, mas com grande semelhança, em 1990. Em 1990 nós também não tínhamos Plano Director Municipal, embora já tivéssemos um conjunto de trabalho previamente definido; entretanto há um célebre Decreto-Lei, que é o Decreto-Lei 16/90 que vem instituir uma grande reforma no ordenamento do território e posteriormente sai um primeiro PROTAL. Quando saiu esse primeiro PROTAL acontece que todo o trabalho de planeamento que a Câmara Municipal de Lagos tinha desenvolvido teve que ser compatibilizado também com aquele PROTAL. O mesmo está sucedendo neste momento noutras formas, noutros moldes e noutras circunstâncias. Bom, então a Câmara Municipal que lhe compete, efectivamente, fazer essa gestão, accionou os mecanismos que tinha ao seu dispor e no uso das suas competências conseguiu aprovar o Plano Director Municipal posteriormente à aprovação do PROTAL. Aquando dessa aprovação pela Assembleia Municipal e após toda a tramitação processual, pela Câmara, etc., vai para ser aprovado em Conselho de Ministros e à boca do Conselho de Ministros, um organismo do Estado, da Administração Central, salvo erro a DGOT, através da Secretaria de Estado, o documento à Câmara Municipal para que fossem feitas algumas correcções, pontuais, relativamente a alguns aspectos que, do ponto de vista deles, não estavam a dar pleno cabimento à questão do PROTAL. Nessa altura tivemos que, mais uma vez, no uso das nossas competências, adoptar outros mecanismos, inclusive contactar o Gabinete do Primeiro-Ministro no sentido de fazer valer a nossa razão, o nosso peso político, com vista a que a nossa proposta fosse acolhida. E então fizemos várias reuniões em Lisboa e foram feitas algumas alterações de pormenor e nessas alterações de pormenor foi-nos dito que não havia necessidade de se submeter de novo à apreciação da Assembleia Municipal porque já o tinha sido. Bom, é comunicado isto à Câmara Municipal, é comunicado à firma, elabora-se o processo e remete-se de novo para a entidade competente e o Conselho de Ministros aprovou o Plano Director Municipal de Lagos. Tudo bem. Posteriormente, agora já não posso precisar, em termos rigorosos as datas, devido a um empreendimento na Meia Praia, que tinha estado numa função de especulação os promotores através do advogado, acharam que havia uma falha processual no Plano Director Municipal e tentaram fazer impugnação. Daí resultou todo esse emaranhado processual que veio a culminar em 2002. Mas a Câmara Municipal na altura, aconselhada tecnicamente pelos seus advogados e pelos técnicos, agiu naquele tempo e daquela forma e informou a Assembleia Municipal. Nesse tempo, agimos daquela maneira, recorrendo das decisões no pressuposto de que essa era a melhor decisão na defesa dos interesses do município e foi assim que fizemos, sempre na convicção, de que a razão iria sobrepor-se e que nos seria dada. Estava em causa, nessa ocasião também, muito dinheiro dos fundos comunitários. Nunca nada disso foi escondido, nem à Câmara Municipal, nem à Assembleia Municipal. Portanto estávamos todos os políticos, na ocasião, devidamente informados dessas circunstâncias. O Sr. Presidente da Câmara há pouco disse que “não sabia, porque não estava cá”, e é verdade, ele efectivamente não tinha conhecimento disso e não



estava cá e como ninguém lhe transmitiu portanto não é obrigado a saber, agora a forma como diz que “não estava cá, não sabia”, “podiam ter sido adoptadas outras posturas”, também é verdade, podiam ter sido adoptadas outras posturas, mas a Câmara na altura e os seus órgãos competentes adoptaram aquela porque consideravam que aquela era a melhor, assim como as decisões que o Sr. Presidente e a maioria que o suporta, estão adoptando e apelando para que sejam aprovadas, eles fazem-no na convicção que são as melhores, mas isso não significa que amanhã não venhamos a provar que essas não foram as melhores decisões para o município. Portanto, não atiremos pedras para o ar porque elas nos poderão cair em cima. É só isto que eu queria dizer a todos os Membros da Assembleia Municipal e muito particularmente ao Sr. Presidente da Câmara, como digo, pessoa que estimo, não tenho nada contra a sua pessoa e já lhe disse isto mais do que uma vez: o mal que eu lhe desejo que venha para mim. Agora não aceito que a forma como diz as coisas, dê a entender que parece que nós andamos aqui a não defender o interesse de Lagos. Nós defendemos o interesse de Lagos com todo o rigor, com toda a convicção e com todo o orgulho e damos por isso, também, a nossa cara e se efectivamente não endividei mais a Câmara, ainda agora aqui foi dito que “não endividou mais a Câmara”, não endividei mais a Câmara porque eu não queria só deixar dívidas para os outros que vêm a seguir. É preciso também ter esse processo. E além disso eu devo recordar ao Sr. Presidente da Câmara e à Câmara que só em 2005 é que os senhores conseguiram atingir o investimento de capital que nós Sociais-Democratas atingimos em 2001 e chegaram a isso porque tiveram um milhão de contos da venda do saneamento básico e tiveram o dobro das receitas da Contribuição Autárquica, de que nós nunca dispusemos. Um dia como então eu já lhe disse, a si e aos senhores todos, e estou sempre disponível para isso, porque eu também não fujo à minha responsabilidade, um dia nós todos, bons cidadãos de Lagos, pessoas que nos estimamos uns aos outros, embora divergindo nos caminhos relativamente ao futuro e ao progresso deste município, mas respeitadores uns dos outros, nós um dia cá estaremos, se Deus quiser, para ir fazendo a avaliação das respectivas perguntas. Eu agradeço a vossa bondade, agradeço a vossa atenção, estou suficientemente esclarecido, desejo muitos sucessos para si e à sua Câmara. Não dou mais contributos porque os senhores também não têm criado as condições para que nós possamos dar esses contributos. Muito obrigado Sr. Presidente e muito obrigado a todos.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) recordou que estávamos numa reunião da Assembleia Municipal e as questões de honra política defendia-se nas reuniões dos órgãos próprios, ou seja, os debates entre Vereadores e Presidentes de Câmara fazem-se nas reuniões da Câmara Municipal, sendo que esta situação foi uma excepção. Disse ainda que a defesa da honra pessoal pode ser feita na Assembleia Municipal agora a honra política é feita no órgão próprio.-----

-----**SAÍDA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta interrupção, ausentou-se definitivamente da sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:



Fl. 37v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	0.15

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse o seguinte: “Não ofendi a honra de ninguém. Ouvimos as explicações, não de um Vereador, com honra ofendida, mas de um ex-Presidente que quis justificar aquilo que já todos conhecíamos, mas que não justificou rigorosamente nada relativamente à resposta que eu dei a um Membro da Assembleia quanto àquilo que aconteceu relativamente à queda e há não existência de qualquer trabalho de retoma do PDM quando cheguei à Câmara. Queria apenas explicitar Sr. Presidente, e só me arrisco a fazer esta intervenção, devido à do Sr. José Valentim, cidadão que eu muito respeito e muito prezo e que nunca ofenderei a honra pessoal de maneira nenhuma, nem a política, nem a pessoal, que estarei sempre contra aquilo com que não concordo e estarei a favor daquilo que me parecer justo e sério e que traga benefício à cidade. E só me atrevo a dizer isto porque a intervenção do Sr. Vereador não teve a ver com ofensa de honra a Vereador, foi uma explicação que o ex-Presidente quis dar, que enfim fica registada em Acta da Assembleia, mas que não invalida nada daquilo que eu disse na resposta ao Sr. Membro da Assembleia, que eu também muito prezo e muito respeito, Sr. Fernando Bernardo, aliás como todos os Membros desta Assembleia, cuja honra eu espero nunca ofender, nem a pessoal nem a política, como espero nunca me sentir ofendido nem pessoal nem politicamente.-----

-----**PROLONGAMENTO DA SESSÃO:** Dado o adiantado da hora a Assembleia aprovou, consensualmente, o prolongamento para o dobro, isto é até dois dias, da duração da presente Sessão Extraordinária.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por grupo político representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 6 de Abril de 2006, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, neste mesmo local, no Ponto 4 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 20 minutos da madrugada do dia 30 de Março, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....
.....,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--